TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UM DEBATE EMERGENTE NO CONTEXTO DA PESCA ARTESANAL

Talita Vieira Aranha
Instituto Federal do Pará Campus Castanhal /Email: talitaranhapesca@gmail.com
Discente do Curso de Especialização em Educação do Campo

Camila Lima de Oliveira
Instituto Federal do Pará Campus Vigia/ Email: c.lima3014@gmail.co
Discente do Curso de Especialização em Agroextrativismo Pesqueiro e Desenvolvimento Rural

Patrik Barros de Souza
Instituto Federal do Pará Campus Castanhal/Email: patrik-a15@hotmail.com Discente do Curso de Graduação em Engenharia de Pesca

Gecianne Mayara Furtado Mourão
Instituto Federal do Pará Campus Castanhal/Email: gecianne_mayara@hotmail.com
Discente do Curso de Graduação em Engenharia de Pesca

Regiara Croelhas Modesto
Instituto Federal do Pará Campus Castanhal/Email: regiara.modesto@ifpa.edu.br
Docente

Área Temática: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmicas Territoriais e Conhecimentos Tradicionais

Modalidade: Artigo Científico

Resumo

O artigo aborda as definições e conceituações de território, territorialidade e comunidades tradicionais, delimitando a pesca neste contexto. O estudo é parte integrante do projeto pesquisa intitulado Populações tradicionais: uma sequência didática para o ensino interdisciplinar sobre o modo de vida, trabalho e territorialidade dos educandos do Proeja, na Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. O objetivo do trabalho foi fomentar a discussão sobre territorialidade e pesca, a partir de uma análise bibliográfica, trazendo uma síntese dos últimos cinco anos, das abordagens e perspectivas apresentadas por diferentes autores.

Palavras-Chave: território, territorialidade, comunidade tradicional, pesca.

Abstract

The article addresses the definitions and concepts of territory, territoriality and traditional communities, delimiting fishing in this context. The study is an integral part of the research project entitled Traditional populations: a didactic sequence for interdisciplinary teaching about the way of life, work and territoriality of proeja students, in the Mocapajuba Marine Extractive Reserve. The objective of the work was to promote the discussion about territoriality and fishing, based on a bibliographic analysis, bringing a synthesis of the last five years, the approaches and perspectives presented by different authors.

Key words: territory, territoriality, traditional community, fishing.

1. Introdução

Existe uma construção ampla e polissêmica sobre os conceitos de território e territorialidade, sendo discutida de forma multidimensional que pode ser ilustrada sob a visão de diversos autores como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert da Costa, Marcos Aurélio Saquet, Claude Raffestin, entre outros pensadores que dialogam e corroboram para ampliar a compreensão das relações de grupos sociais sobre o espaço.

Saquet (2009), afirma que o espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, enquanto, o território, é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. Logo, este, é fruto da dinâmica socioespacial. Este excerto nos conduz na análise das relações de vários nichos socais onde podemos tomar como exemplo os territórios pesqueiros.

Neste contexto, o trabalho abordou o território e a pesca artesanal, como viés para análise do conceito, onde se discute as dimensões territoriais, configuradas pela atividade pesqueira, como o modo de vida, apropriação de espaço e relações de poder, constituindo elementos do conceito de territorialidade.

À medida que o espaço é territorializado se constrói relação de pertencimento como mesmo. De fato, as territorialidades pesqueiras estão expressas no lugar, assim como os territórios da tradição. Os pescadores artesanais possuem regras para o uso, acesso, controle e

manutenção dessas territorialidades, uma vez que neles estão os territórios de pesca (SILVA *et al.*, 2017).

Desta forma, sob a égide de territórios, buscou-se um outro recorte, que permeia a discussão dos aspectos de estabelecimento de unidades de conservação e a relação com as comunidades tradicionais que ocupam originalmente estes espaços e constituem neles o seu modo de vida.

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa intitulado Povos e populações tradicionais: uma sequência didática para o ensino interdisciplinar sobre o modo de vida, trabalho e territorialidade dos educandos do Proeja, na Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba e teve o objetivo de fomentar a discussão sobre territorialidade e pesca, a partir de uma análise bibliográfica, trazendo uma síntese das abordagens e perspectivas apresentadas por artigos científicos publicados nos últimos cinco anos.

2. Metodologia

Este estudo faz uso da abordagem bibliográfica descritiva de cunho qualitativo. Para tanto, foi feita uma investigação no banco de dados do portal de periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação (MEC), em busca de artigos sobre a temática territorialidade.

Para a seleção dos artigos científicos foi realizada a busca pelos assuntos "territorialidade e pesca", ordenados por: "data - mais recente; idioma – português" tendo em vista o período dos últimos 5 anos. Nesse sentido, foram selecionadas 8 (oito) produções que atenderam às palavras-chaves pesquisadas e apresentaram no resumo do corpo do texto as abordagens sobre territorialidade, pesca, modo de vida de pescadores/as artesanais. O estudo busca responder às seguintes perguntas: Existe um sentido de identificação e pertencimento dos pescadores e seus territórios? O modo de vida está intimamente relacionado ao território?

Na tabela 1, é possível verificar o título da obra, o ano e o local de publicação e, ainda, como serão denominados, respectivamente, ao longo da seção análise de dados deste trabalho: artigo A; artigo B; artigo C; artigo D; artigo E; artigo F; artigo G e, artigo H.

Tabela 1 – Descrição das publicações sobre territorialidade e pesca, dos últimos 5 anos, no periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Nomes Atribuídos	Título	Ano	Local
Artigo A	A degradação da modernização, que avança enquanto face sobre os territórios pesqueiros	2021	GeoTextos: Revista da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia
Artigo B	Ressignificação da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao assentamento Miriduba em Araguaína - Tocantins - Brasil	2021	Novos Cadernos NAEA
Artigo C	Entre territorialidades da pesca artesanal no maretório de Caravelas e Nova Viçosa-BA	2020	GeoTextos: Revista da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia
Artigo D	Territórios e Territorialidades no Baixo Amazonas: dinâmica socioambiental da pesca artesanal no Complexo Lacustre Macuricanã	2019	Revista Geonorte
Artigo E	O rio comanda a vida: Aprendizagem do nado em uma comunidade ribeirinha do Amazonas	2019	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud
Artigo F	Perspectivas e desafios na criação de uma reserva extrativista marinha	2019	Novos Cadernos NAEA
Artigo G	Modo de vida e territorialidades de Pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)	2017	Revista NERA
Artigo H	Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia	2016	Novos Cadernos NAEA

Fonte: Elaboração dos autores

As análises foram feitas a partir da leitura e releitura minuciosas das obras acima, que tornam possível a discussão sobre o que tem sido focado nas pesquisas sobre Territorialidade e pesca e o que tem sido desenvolvido nos últimos anos. Para a discussão dos dados, utilizou-se a técnica da compilação e comparação de dados tabelados.

3. Resultados/Discussões

Os resultados deste estudo descrevem reflexões teóricas baseadas em análise e fichamento de 8 (oito) artigos sob o tema Territorialidade e Pesca no período de 2016 a 2021. No ano de 2018, não se identificou nenhum trabalho sobre a temática abordada. As reflexões estão divididas nas seções que se seguem: território e territorialidade, modo de vida e unidade de conservação.

3.1 Território e Territorialidade

A temática sobre o território e territorialidade, na maioria dos artigos, tem o aporte teórico pautado nos autores: Bonnemaison (1986); Raffestin (1993); Haesbaert (1995,2004); Santos (2002); Silva (2006,2012) e Saquet (2011).

Ao analisar o Artigo A, os autores tratam o conceito de território na perspectiva geográfica, enfatizando o processo antrópico da sociedade no espaço natural no processo de apropriação e dominação, caracterizando a disputa entre as diversas atividades econômicas que avançam em territórios ocupados por comunidades pesqueiras. O artigo A não conceitua estritamente territorialidade, contudo registra que para diferentes autores é vista tanto como a qualidade de ser território, uma acepção genérica, quanto como a dimensão simbólica do território.

O Artigo B trata território e territorialidade numa ótica de ressignificação de identidade ribeirinha, uma vez que o texto trata de um processo de desterritorialização de comunidades ribeirinhas pela implantação de uma hidrelétrica. Desta forma faz uma analogia com o conceito de "territórios de errância" tratado por Bonnemaison, quanto à possibilidade mediante a fixação e mobilidade do indivíduo no território "(...) é pela existência de uma cultura que se cria um território e é pelo território que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre cultura e espaço*"* (BONNEMAISON, 2002). O autor ainda faz uma abordagem sobre novas territorialidades, como um processo de resistência das comunidades ribeirinhas que foram expulsas de seus territórios.

O artigo C, do mesmo modo que os artigos A e B, reconhece o território pesqueiro como espaço de constante disputa, pelo poder do capital, sendo constantemente invadido por empreendimentos e atividades econômicas, ocasionando uma série de transformações. Todo território é modificado de acordo com os interesses da produção na qual ele é arcabouço, ou seja, as modificações territoriais variam de acordo com a atividade produtiva que se impõe sobre ele (SANTOS, 2014).

O Artigo D, corrobora com as demais abordagens dos artigos anteriores, e traz a contribuição sobre conceito de "território usado", conceito formulado pelo geografo brasileiro Milton Santos, que considera território, como sinônimo de espaço habitado, construído e reconstruído pelos homens, por meio de suas ações e relações. Essas concepções refletem a dinâmica dos territórios pesqueiros. Sobretudo é reafirmado no pensamento de Saquet (2011) a territorialidade também se traduz em relação de poder, alteridade e exterioridade, onde o autor identifica o rio como território e territorialidade.

O artigo E, aborda o território como espaço de convivência das comunidades ribeirinhas, onde faz uma analogia com o território indígena descrito por Silva (2013), que trata o quintal e a casa, o espaço de aprendizagem e participação da vida e das atividades do grupo. O artigo trata de forma especifica uma relação muito intrínseca entre as crianças e o ato de nadar em uma comunidade localizada em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Amazonas. Desta forma o autor identifica as águas como espaço social e território dos ribeirinhos. A territorialidade para os autores do artigo E, vem pautada no sujeito, quanto a formação da pessoa do pescador na produção e reprodução dos saberes e práticas da pesca, pensamento construído por Santhuck (2015), que em seu trabalho enfatiza a importância do trabalho do pescador, assim como na constituição da sua identidade.

No artigo F, o conceito de território aparece atrelado a definição legal de comunidades tradicionais dada pelo Decreto 6.040/2007. Assim, o território é tido como espaços necessários à reprodução cultual, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, de forma permanente ou temporária.

A abordagem sobre território no artigo G segue as concepções de Raffestin (1993), Sack (1986) e Saquet (2011), corroborando com a conceituação de território. Sobre a ótica da

territorialidade da pesca, o autor segue o conceito proposto por Silva (2012), que em seu estudo sobre a pesca na Amazônia Paraense, afirma que:

> O espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam uma manifestação de poder, gerando ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço, definem sua atuação e garantem suas práticas e múltiplos usos do ambiente que ocupam (SILVA, 2012).

O texto H, para território e territorialidade seguiu o aporte teórico de Nogueira (2005) e Silva (2008), por trabalharem principalmente o contexto do território e territorialidade da pesca na região amazônica. Assim, Nogueira (2005) define território com uma relação de posse, construída entre o pescador e o dia a dia. O autor define que Territorialidade, resumidamente, consiste na atuação da sociedade no espaço geográfico, onde o homem necessita e define seus espaços de moradia e convivência, formando seus territórios individuais, coletivos e públicos. Entretanto nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por todos os atores sociais no espaço geográfico, muitas vezes, dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território (SILVA, 2008)

3.2 Modo de vida

Os temas território e territorialidade da pesca, não se dissociam do reconhecimento do modo de vida, ainda que este último não tenha sido tratado especificamente nos textos citados nos artigos A, D e H. O Artigo B, faz uma íntima relação entre território, territorialidade e modo de vida, sendo tratada pelo autor como ação de resistência das comunidades ribeirinhas. Neste artigo, o autor Cunha (2000) afirma que o pescador artesanal tem na água o seu modo de vida, onde imprimi a ela um conjunto de significados simbólicos.

Esta lógica é seguida no Artigo C, onde os autores abordam o modo de vida do pescador ligada a dinâmica do ambiente de trabalho, seja rio ou mar, relacionando principalmente, valores, percepção, símbolos e significados. Assim, Diegues (2007) quando trata das comunidades ribeirinhas da Amazônia diz que a produção e reprodução do modo de vida dessas comunidades são dependentes do ambiente em que ocupam.

No Artigo E, o tema toma uma abordagem para além da relação pescador com as águas. Para os autores Lima (2004) e Neve (2006) o modo de vida ribeirinho está inserido como uma

categoria política, de resistência e luta pelos seus territórios. Desta forma, o texto faz uma aproximação da relação das águas com o modo de vida das comunidades ribeirinhas, onde o ciclo das águas é uma dimensão fundamental na vida dessas comunidades. O que contribui com a conclusão de Witkoski (2010), ao denominar as águas do Amazonas, como águas de trabalho ressaltando que o tempo ecológico, comandado pelos ciclos das águas, aparece como força imperativa no modo de vida das populações amazônicas.

Contribuindo com os demais textos, o artigo F discute o modo de vida, diretamente relacionado ao conceito de populações tradicionais, com suas formas próprias de organização social, como os pescadores e comunidades ribeirinhas, atores principais dos trabalhos analisados. Reconhecida pelo Estado através do Decreto 6.040/2007 as populações tradicionais possuem uma relação amalgamada com a ancestralidade, com o território e com os recursos naturais, como os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os quais compõe uma categoria, que historicamente vivia a margem de políticas públicas. Onde partir da criação das Unidades de Conservação, puderam garantir a luta para manutenção de seus territórios e manutenção de seu modo de vida.

Para consolidar o pensamento acerca de modo de vida trabalhado pelos textos supracitados recorremos a afirmação de Bourdieu (2001), quando diz que a sociedade se identifica com a região e com o território em que habita e trabalha por meio de características próprias do território, sejam elas naturais ou humanizadas. Assim sendo, identificando-se com o território a sociedade adquire e reconhece esse espaço como parte de sua própria identidade, como elemento integrante de seu modo de vida (SILVA, 2008), o que configura as populações tradicionais, por estabelecer uma relação tradicional com o uso dos recursos naturais e estar intimamente ligado ao ambiente onde habitam, por meio de um conjunto de símbolos reconhecidos pelo coletivo dessas populações.

O Artigo G, discute modo de vida na visão proposto por Paul Vidal de La Blache (1954), a partir do "Possibilismo Geográfico", afirmando que o indivíduo não estava pré-determinado ao meio, mas o ambiente ao seu redor, lhe ofereceria um conjunto de possibilidades para uma determinada prática humana. Ou seja, o homem também transforma o meio onde vivi, defendendo a visão especificas das realidades estudadas.

Neste sentido, Diegues (2007) teórico que discute amplamente as questões relacionadas a comunidades tradicionais e modo de vida, perpassa por toda a discussão dos artigos analisados, uma vez que os trabalhos analisados discutem os elementos que envolve essas relações sociais no processo de territorialidade da pesca.

3.3 Unidade de Conservação

As unidades de Conservação vêm referenciada nos textos dos Artigos C, E e F trazendo a realidade de duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS e uma Reserva Extrativistas. Entretanto, em todas as abordagens são tratados principalmente o ambiente conflituoso dessas unidades de conservação.

> A concepção dessa categoria de Unidade de Conservação no Brasil tem início no final da década de 1980, em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia de terras historicamente habitadas por populações tradicionais, por meio dos movimentos dos seringueiros que denunciaram muitas práticas predatórias do ambiente natural e de injustiça social (CHAMY, 2004).

Diegues (2001) defende que um dos problemas dos conflitos nas áreas de UC's principalmente em regiões costeiras, está nas possibilidades de atividades econômicas envolvidas nesses ambientes.

> A grande potencialidade apresentada pelas regiões costeiras e litorâneas favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, dentre as quais o turismo, tem levado ao surgimento de relações conflituosas causadas pelo uso do espaço e pelo modelo de implementação e desenvolvimento dessas atividades, as quais negligenciam a participação das comunidades (Diegues, 2001).

O Texto E, tece seu trabalho no espaço definido por uma RDS no Amazonas, descreve a unidade de conservação, e apresenta a relação da comunidade com a unidade, entretanto o texto não faz relatos acerca de conflitos na sua constituição.

Em outra análise o Artigo F, enfatiza o tema e trata as Unidades de Conservação principalmente, como um objeto de luta na busca da garantia preservação dos ambientes, do patrimônio cultural e manutenção do modo de vida das populações tradicionais.

O texto aborda um aspecto da constituição das Resex Marinhas Costeiras, que possuem conflitos de ordem legal, devido aos limites de acesso, aos recursos naturais, pelo público

definido como Beneficiário e os que não são. Logo, analisando o processo que seguiu a criação da Unidade de Conservação do referido estudo, fica evidente a similaridade das relações sociais envolvidas, e os caminhos trilhados para sua consolidação.

Muitas inquietações ainda persistem no processo de formação de uma unidade de conservação. Pois diversas são os aspectos que contribuem para o sucesso ou fracasso da instalação destas, e todos esses aspectos são de âmbito humano, pois Diegues, defende veemente a necessidade do olhar amplo, não somente para o natural, mas principalmente as relações humanas envolvidas no território.

Em termos sintéticos as Resex-Marinhas apresentam dificuldades em implementar os instrumentos de Gestão pertinentes a garantia da sua função. Os interesses de uso desses espaços são diversos. Assim, o autor do texto F, afirma que muitas vezes criar uma Unidade de Conservação nas regiões costeiras e marinhas brasileiras caracteriza-se um grande desafio que requer a atuação e mobilização coletivas das comunidades que ocupam tais áreas.

4. Considerações Finais

Os territórios pesqueiros fazem parte de uma construção histórica, seja na ocupação e uso do espaço como, por exemplo, no modo de vida, demonstrado sob diversos aspectos pelos trabalhos analisados, promovendo uma ampla compreensão do conceito de território e territorialidade na abordagem da atividade de pesca.

As análises demonstram, sobretudo, o caráter ilimitado e colaborativo dos conceitos acerca de território e territorialidade. Ainda que existam algumas inflexões sobre os conceitos, estes servem para construção de novas perspectivas, estimulando a novas investigações e proposições sobre o tema, acompanhando as transformações que o tema vem sofrendo ao longo dos anos.

5. Referências Bibliográficas

BONNEMAISON, J. **L´Arbre et la Pirogue**: les fondements s´une identité territoire, histoire et société dans l´archipel de Vanuatu (Mélanésie). Paris: Éditions de L´ORSTOM, 1986.

BONNEMAISON, J. **Tanna**. Les fondements géographiques d'une identité: les Gens des lieux. Histoire et géosymboles d'une société enracinée. Paris: Orstom, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

BRASIL. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 08/02/2007, p. 316

BRITO, E. P. DE; SILVA, H. M. DA. Ressignificações da vida ribeirinha: das margens do rio Tocantins ao Assentamento Mirindiba em Araguaína - Tocantins - Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, p. 35-55, 2021.

CHAMY, P. Reservas extrativistas marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. *In:* Congreso Bienal de la Asociación Internacional para el Estudio de la Propiedad Colectiva (IASCP), 10., 2004, Oaxaca. **Anais** [...]. Oaxaca, México: [IASCP], 2004.

CUNHA, L. H. O. Significados múltiplos das águas. *In*: DIEGUES, A. C. (org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 15-26.

DIEGUES, A. C. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: Encontro Internacional: Governança da Água, 1., 2007, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: NUPAUB, 2007. p. 01-10. Disponível em: http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua. pdf. Acesso em: 11 maio 2022.

HAESBAERT, R. "**Gaúchos" no Nordeste**: modernidade, des-territorialização e identidade. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana**. 2. ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LIMA, D. de M. Ribeirinhos, pescadores e a construção da sustentabilidade nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões. **Boletim Rede Amazônia**, 3, 57-66, 2004.

MARQUES, P. H. D. Entre territorialidades da pesca artesanal no maretório de Caravelas e Nova Viçosa-BA. **Geotextos (online)**, v. 16, p. 63-83, 2020.

NEVES, D. P. O MEB-Movimento de Educação de Base, a organização comunitária e a preservação ambiental [Apresentação]. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Quito**, Ecuador, 2006.

NOGUEIRA, C. S. **Território de pesca no estuário marajoara: comunidades negras rurais e conflito no município de Salvaterra (Pará)**. 2005. Belém: NAEA/UFPA, 2005 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).

OLIVEIRA, R. de S.; PERALTA, N. O rio comanda a vida: Aprendizagem do nado em uma comunidade ribeirinha do Amazonas. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 18(1), 1-27, 2020.

PAULA, C. Q. DE. A degradação enquanto face da modernização, que avança sobre os territórios pesqueiros. **Geotextos (online)**, v. 17, p. 117-138, 2021.

PEREIRA, G. DA P.; FENELON, A. N.; OLIVEIRA, M. L. R. DE. Perspectivas e desafios na criação de uma reserva extrativista marinha. **RAMA - Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, p. 1291-1316, 2019.

PIRES, V. DE S.; SCHERER, E. F. Territórios e territorialidades no Baixo Amazonas: dinâmica socioambiental da pesca artesanal no complexo lacustre Macuricanã. **Revista Geonorte**, v. 10, p. 20-37, 2019.

RAFFESTIN, C. **Por um Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. Série Temas, volume 29, Geografia e Política. Editora Ática S.A., São Paulo-SP. 1993.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAUTCHUK, C. E. Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação. **Horizontes Antropológicos**, 21(44), 109-139, 2015 doi: https://doi.org/10.1590/s01047183201500020006

SANTOS, M. Territórios e Dinheiro. *In*: **Território e Territórios**. Niterói: Programa de Pósgraduação em Geografia – PPG/UFF-AGB, 2002.

SANTOS, I. R. da S.; JESUZ, C. R. de. A aplicação do discurso do sujeito coletivo, na análise da percepção da qualidade da água do rio Cuiabá nos municípios de Santo Antonio do Leverger, Várzea Grande e Cuiabá. **Revista Mato-grossense de Geografia**, 2014, v. 17, n. 1, p. 117-138.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades***:* uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SILVA, C. N.; SOUSA, H. P.; VILHENA, T. M.; BARRA, J.; SILVA, J. M. P. Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-

AmazôniaBrasil) /Lifesttyle and territorialities of fishermen of the comumnity Cajueiro in Mosqueiro (Belém-Amazon-Brazil). **Revista NERA (UNESP)**, p. 246-272, 2017.

SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P. DA.; CHAGAS, C. A. N.; PONTE, F. C. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, p. 193-214, 2016.

SILVA, C. N. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Revista Formação** (Presidente Prudente), 2008, v. 2, p. 118-128.

SILVA, S. M. da. **Pesca artesanal**: a história, a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, R. C. da. Circulando com os meninos: participação e aprendizado da criança Xakriabá na exploração do território e da atividade da caça. **Tellus**, 2013, n. 13, p.35-55.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e formas de uso de seus recursos naturais. Annablume. 2010